

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVA DE GÊNERO: UMA ABORDAGEM FEMINISTA¹

Silvana Aparecida Mariano²
Elaine Ferreira Galvão³

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que analisa a relação dos movimentos de mulheres com o poder público municipal, em Londrina, por meio de instituições estatais como a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. O estudo tem como eixo norteador a reflexão em torno da participação feminina na esfera pública, e particularmente na arena política estatal, bem como da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas, a partir das interpelações feministas. Interessa-nos analisar neste contexto as questões relacionadas à autonomia dos movimentos de mulheres, suas interlocuções com o governo local e as características que suas demandas assumem, levando-se em consideração seu potencial para produzir, ou não, mudanças nos papéis e nas relações de gênero.

Palavras-chave: movimentos de mulheres. Estado. Autonomia. Relações de gênero.

Abstract

The present work results from research that focuses on the relationship between women's movements and local government in Londrina, PR, by means of state institutions such as the Municipal Secretary of Policies for Women, and the Municipal Council for Women's Rights. The study has as its guiding framework notions regarding women's participation in the public sphere, particularly in the arena of state politics, as well as the incorporation of a gender perspective in urban politics resulting from feminist interpellations. We are interested in analyzing, in this context, issues related to the autonomy of women's movements, their interlocutions with the local government, and the characteristics that their demands assume, taking into consideration their potential to produce, or not, changes in gender roles and relations.

Key words: women's movements. State. Autonomy. Gender relations.

¹ Trabalho apresentado no I Seminário Internacional: Enfoques Feministas e o Século XXI – Feminismo e Universidade na América Latina, que se realizou no período de 06 a 09 de dezembro de 2005, em Salvador/BA.

² Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina(1998), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina(2001) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas(2008). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina.

³ Graduação em Ciências Sociais (1993), especialização em Saúde Coletiva (2002) e mestrado em Ciências Sociais (2010) pela Universidade Estadual de Londrina. É funcionária da Prefeitura do Município de Londrina, atuando como socióloga desde 1995. Tem experiência na área de políticas públicas, com ênfase para os temas: violência contra a mulher, gênero e políticas de saúde. Socióloga da Prefeitura Municipal de Londrina.

1 FEMINISMO E *FAMILISMO*: ENREDO SOBRE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As Associações de mulheres envolvidas nesse estudo são todas organizadas com base em uma referência geográfica, tal como ocorre com as associações de moradores. Na maioria das vezes, abrangem mais de um bairro em sua área de representação. Quando essas associações de mulheres surgiram, repetia-se entre elas a tendência presente no Brasil de dar prioridade à luta pela melhoria das condições de vida da família e da comunidade. Desde a década de 80, estudos sobre essa forma de organização das mulheres debatiam sobre a possibilidade de que suas participantes pudessem politizar questões específicas de gênero⁴. O que se colocava, e ainda se coloca em questão, é analisar se as ações dessas mulheres modificam ou reforçam seus papéis tradicionais de esposas e mães.

As associações de mulheres analisadas de fato surgiram com a noção de que as questões dos bairros e as questões das mulheres são idênticas, propondo, com isso, uma noção de cidadania sem a crítica sobre as relações de gênero. Em suas propostas iniciais, não se tratava de organizações com a preocupação em torno da situação da mulher, enquanto gênero, mas muito mais em torno das necessidades geradas pela condição de pobreza de seus bairros, abrangendo demandas para a comunidade com um todo. Isso se explica pela precariedade da estrutura de bens de consumo coletivo disponíveis nessas áreas, o que atinge mais diretamente o cotidiano das mulheres. São, portanto, demandas geradas pela estrutura da divisão do trabalho por linhas de gênero, mesmo que a questão de gênero não esteja tematizada (MACHADO, 1995).

Embora seja ainda bastante significativa a frequência de demandas dessas associações de mulheres por bens de consumo coletivo, é notório o fato de que as demandas voltadas para questões femininas sejam atualmente a maioria dentre suas indicações de lutas. Houve, portanto, um certo avanço das demandas **de** mulheres para demandas **para** mulheres, quando comparadas com as preocupações apontadas como motivo de criação das

⁴ Algumas teses pessimistas nesse debate podem ser encontradas em Chiriac e Padilha (1979), Barroso (1982) e SOARES (1998). Ao contrário, teses otimistas podem ser encontradas em Alvarez (1988) e Machado (1995).

associações, bem como com as prioridades apresentadas em seus estatutos, onde a mulher aparecia sempre em segundo plano nos objetivos da entidade. Corrobora isso o fato de que algumas dessas lideranças insistem em diferenciar as associações de mulheres dos clubes de mães, mesmo que a maioria não tematize essa questão.

As demandas por necessidades práticas, direcionadas aos bens de consumo coletivo e engendradas a partir dos interesses do bairro, têm paulatinamente se deslocado do centro discursivo das mulheres das OCFs. Elas geralmente continuam defendendo o atendimento de tais necessidades, mas não as apontam como objetivo atual das associações.

As demandas que focalizam as necessidades das mulheres, como é o caso dos projetos de geração de renda, configuram-se ainda como necessidade prática, visando minimizar as dificuldades das mulheres dentro do padrão das relações de gênero, sem atacar diretamente a questão da subordinação feminina. Entretanto, como é sempre possível a passagem das necessidades práticas para os interesses estratégicos (MACHADO, 1999), decorre, neste caso, que os projetos de geração de renda têm contribuído para fomentar a experiência de participação de muitas mulheres no espaço público.

Atualmente, entre as preocupações das associações de mulheres, a reivindicação por projetos de geração de renda para mulher é claramente a mais destacada. Depois, segue-se a preocupação com a violência contra a mulher, com a saúde da mulher, com o resgate de sua autoestima e com o fomento de organização das mulheres. Essas preocupações revelam a penetração de elementos politizadores sobre a questão de gênero, pois elas passam a falar na condição de mulheres. Gesta-se assim um discurso da mulher como sujeito de direito, o qual convive com o discurso do direito de atendimento às necessidades sociais básicas das comunidades dos bairros.

Contudo, isto é com frequência tematizado em relação à situação de pobreza da mulher, mais do que em relação à sua situação de subordinação. Neste quadro, faz-se ausente de ambos os lados – associações de mulheres e órgãos governamentais – as tematizações sobre a divisão sexual do trabalho e sobre o lugar destinado à família em seus discursos. Como consequência, as demandas feministas vão se transformando em *familismos*, que, no processo de tradução político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento das famílias (ALVAREZ 2000b).

A defesa da família como foco de preocupação é uma característica presente já na formação das organizações comunitárias femininas. A Secretaria da Mulher, diferentemente, surgiu com a intenção de encampar projetos feministas. No processo de aproximação e interlocução entre essas duas esferas e diante da ausência de grupos feministas, os órgãos municipais voltados para questões da mulher e de gênero passaram a incorporar mais explicitamente a defesa da família e o interesse pelos grupos de produção das associações de mulheres, como forma de minimizar as possíveis resistências ao feminismo, o que resultaria em resistência a esses órgãos. Nesse contexto, a categoria gênero, introduzida a rigor pelos órgãos municipais, é, às vezes, empregada como contraponto ao feminismo, como revela uma entrevistada, ex-secretária da mulher: a gente sempre lutou muito para não parecer feminista, mas preocupada com a questão de gênero, homens e mulheres” (M.A. – SMM).

Do ponto de vista analítico, a experiência em Londrina permite-me fazer a interpretação que conduz às suas formas de tradução político-cultural da categoria “gênero”, refletida na redução de seu conteúdo crítico sobre a subordinação feminina. Corroborar essa análise o perfil dos cursos realizados pelas duas esferas – poder público e organizações comunitárias femininas –, bem como o destaque dado à família e o relativo silêncio sobre a subordinação da mulher.

Neste caso, verifica-se que essa combinação das ações das duas esferas não tem sido desafiadora dos padrões de gênero, inclusive porque as atividades de geração de renda limitam-se à produção artesanal e enfocam a pobreza, sem focar a subordinação. Embora, às vezes, se faça presente a preocupação com a independência financeira da mulher, o fato é que essas atividades não têm capacidade de produzir tal resultado, pois o faturamento é muitíssimo baixo. Decorre então que, nestes contextos, há um certo deslocamento entre as preocupações discursivas e as atividades desenvolvidas.

A radicalidade presente na proposição da perspectiva de gênero, enquanto combate à subordinação feminina, é explorada, via de regra, nos eventos da SMM e do CMDM, mas ainda não se materializou em ações práticas desses órgãos. A subordinação feminina e a necessidade de empoderamento das mulheres estão presentes em algumas falas das entrevistadas da SMM e na orientação de suas palestras e oficinas. No entanto, isto ainda

não rompeu os limites do discurso para a implantação de ações específicas no campo das políticas públicas. Daí a existência de ambiguidades em seus projetos de interação social.

Em tese, a Secretaria da Mulher encontraria melhores condições políticas e financeiras para superar tais ambiguidades, uma vez que dispõe de estrutura de funcionamento mais bem estabelecida do que as organizações comunitárias femininas, contando com orçamento próprio, com quadro funcional qualificado, sendo a maioria com curso superior e com possibilidade de trânsito para estabelecer parcerias com outros órgãos municipais. Isto é, teoricamente, o Estado possui melhor estrutura e mecanismos para implantar projetos de geração de renda e de profissionalização mais eficazes do que os resultados atingidos pelos grupos de produção das OCFs.

Contudo, isso não se realiza com voluntarismos e, na prática, ambas as esferas – Secretaria e Conselho, bem como associações – sofrem das mesmas limitações materiais. Atuam mais na base do possível, do que do desejável. Além disso, cada vez mais se tornam menos claras no interior da Secretaria Municipal da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, as intenções de atuar por orientações feministas, o que coloca sob suspeita a existência de objetivos em torno do empoderamento das mulheres.

No que diz respeito ao empoderamento das mulheres, há grandes precariedades na estrutura da SMM, em virtude da baixa atenção que recebe dos governos. As duas principais áreas de preocupação da Secretaria – o combate à violência contra a mulher e o enfrentamento à pobreza feminina – dependem de estruturas públicas que complementem a eficácia dos seus objetivos. No segundo caso, especialmente, seria fundamental a implantação de projetos que, de fato, gerem renda e, assim, as mulheres possam conquistar sua independência financeira e redefinir seus papéis de gênero. Para tanto, é importante a diversificação das áreas de formação profissional da mulher.

Do ponto de vista político e ponderando as ambiguidades do processo, é possível também vislumbrar que os pontos, aqui abordados como limitadores dessa experiência no que diz respeito à emancipação da mulher, possam, diferentemente, ser adotados por esses/as atores/atrizes como estratégia de aglutinação das mulheres e como início de um projeto de empoderamento, adaptado às suas reais capacidades e limitações. Desta forma, a geração de renda com artesanato, embora não garanta a independência financeira da

mulher, contribui para fomentar uma base organizativa das mulheres que, se não atribui poder econômico, gesta um processo de empoderamento social.

Por outro lado, a visão *familista* (JELIN, 1995; ALVAREZ, 2000b) também pode ser uma política estratégica, visando atrair mais aliados para seus interesses de empoderamento das mulheres, legitimando-os pelos benefícios indiretos à toda família e sociedade. Neste caso, o reforço à família não representa, necessariamente, o reforço do papel tradicional da mulher, pois estão lhe atribuindo um papel ressignificado, com maior poder no interior da família. Esta parece-me ser uma ressalva importante de se fazer sobre a prática nesses grupos de mulheres. Pode-se identificar entre eles que a defesa de uma instituição como a família pode abarcar, simultaneamente, o projeto de um papel diferenciado para a mulher, com maior autonomia e poder, dentro e fora da família.

Estas são possibilidades que não podem ser fechadas na análise sociológica, mas sua proliferação entre a maioria dos grupos dependerá dos encaminhamentos adotados pelos/as atores/atrizes envolvidos/as e do resultado da correlação de forças que se fizer presente. De qualquer forma, creio que não se trata de vislumbrar a possibilidade de que essas organizações comunitárias femininas venham a ser, efetivamente, grupos feministas, tais como os tradicionais. Mas podemos pensar em um outro tipo de feminismo. Questões como a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual do trabalho, o aborto e o lesbianismo, entre outras, dificilmente farão parte das agendas dessas organizações comunitárias femininas, e, conseqüentemente, da Secretaria Municipal da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Estamos, portanto, diante de um quadro que, da mesma forma como se pode falar de vários feminismos, também se pode falar de várias perspectivas de gênero.

Se, por um lado, a SMM e o CMDM encontram inúmeras dificuldades para implantar políticas públicas com a perspectiva de gênero nos vários setores do poder público, por outro, essas institucionalidades têm o mérito de colocar e manter o debate sobre mulher e gênero na agenda pública. A promoção de eventos e algumas publicações de autoria da Secretaria desempenham a função de alimentar os debates sobre esses temas e, de qualquer forma, estimulam o envolvimento de outros segmentos. Dito de outra forma, a principal contribuição da SMM e do CMDM não se localiza na execução de projetos, mas na capacidade de promover a proliferação política da perspectiva de gênero, o que tem compensado seus esforços. Espera-se que isto resulte em ações concretas em outros órgãos.

É importante destacar que a ampliação das bases das OCFs, através da defesa de que os interesses das mulheres redundariam em benefício para toda a família e comunidade, é essencial para a sobrevivência das OCFs. Do contrário, suas lideranças não conseguiriam nem agrupar as mulheres dos bairros para atividades da associação. Não se trata, portanto, de imputar a essas mulheres a exigência de adotarem, com rigor, os ideais feministas. Trabalhando nas “brechas” possíveis em seus contextos, essas OCFs promovem algumas mudanças no cotidiano de mulheres nos bairros da periferia.

Céli Pinto (1994b), por exemplo, considera que há a necessidade de o feminismo ampliar suas agendas, saindo do interesse particular e corporativista e englobando temas que dizem respeito ao interesse geral. Essa é a alternativa que a autora visualiza para que as feministas possam ampliar sua inserção na arena política. De certo modo, é esta a mesma intenção das mulheres das OCFs e elas executam-na englobando as preocupações com o bem-estar familiar.

Dessa forma, a radicalidade da perspectiva de gênero e de empoderamento das mulheres é “açucarada”. No entanto, não se pode desprezar que mesmo assim propicia mais potencial de pequenas mudanças nas relações entre homens e mulheres, do que sem a introdução da perspectiva de gênero.

2 GÊNERO E DEMOCRACIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA DE GÊNERO

A correlação política entre a democratização das relações de gênero e a democratização do Estado lançou, desde cedo, a atuação do movimento de mulheres no Brasil para o campo mais propriamente político. A indicação disto foi a forte atuação desse movimento nas lutas pela redemocratização do país, iniciadas na década de 70 (BLAY, 1983; TOSCANO e GOLDENBERG, 1992; PINTO, 1992). Desta forma, historicamente, o movimento de mulheres teve presença marcante nas lutas democráticas, abarcando questões gerais de toda a sociedade. A politização de gênero tornou-se um instrumento de interpelação da noção tradicional de democracia e de proposição para sua redefinição.

O sentido de democratização do Estado, para o movimento de mulheres, está na busca de rupturas com seu padrão pretensamente neutro, com a burocratização e com sua privatização por elites políticas (COSTA, 1997). Neste caso, contribuir para a inclusão das mulheres nas esferas de tomada de decisões, criando processos coletivos para tal, e promover a introdução da perspectiva de gênero nas políticas públicas atenderia algumas das necessidades para esse projeto de democratização do Estado e da esfera pública. Paralelamente, também contribuiria para politizar e democratizar questões implicadas nas relações de gênero.

Na experiência de Londrina, há algumas contribuições nesta direção, mesmo com todos os limites também presentes. Através da interação com a SMM e com o CMDM, as mulheres de organizações comunitárias femininas têm iniciado a experiência de atuar junto aos órgãos públicos, o que, muitas vezes, aparece como conquista em suas falas. Com isto, podemos dizer que há uma redução na impermeabilidade estatal para esses grupos sociais, o que também reduz seu caráter abstrato e dissociado de grupos politicamente excluídos.

Mulheres, que até recentemente encontravam-se aprisionadas na vida doméstica, passam, por meio da atuação nas associações de mulheres, a se constituírem em atrizes na cena pública. Neste caso, a concepção de que os novos atores sociais se caracterizam por construir trajetórias do privado para o público (SADER, 1988) adquire maior profundidade em relação à participação das mulheres, principalmente das mulheres pobres das periferias urbanas, porque estas permaneceram maior tempo presas na esfera privada e alijadas da esfera pública, portanto, excluídas dos processos políticos e das esferas de tomada de decisões.

Dessa forma, as organizações comunitárias femininas contribuem para o processo de engendramento da democracia participativa, configurando a inserção de mulheres de baixa renda na esfera pública, as quais buscam romper com uma dupla exclusão: de gênero, por suas condições de mulher; e de classe, por suas condições de pobreza.

A experiência participativa, possibilitada por essas organizações femininas, estimula, em muitos casos, a participação da comunidade local em atividades coletivas que visam à solução de problemas comuns vividos no bairro. Essas iniciativas fomentam uma base organizativa que estimula a participação das mulheres em diversos canais de atuação,

abrangendo desde a região de seu bairro, até questões de âmbito municipal, compreendendo tanto os espaços públicos alternativos, quanto os estatais.

Através da mútua legitimidade propiciada pela forma de interação entre organizações comunitárias femininas e órgãos estatais voltados para essa temática, gesta-se um processo de nova inclusão das mulheres como atrizes na arena pública. Isso tem contribuído para fomentar o aprendizado de lideranças femininas, no debate sobre políticas públicas e o papel do Estado, reduzindo também o caráter abstrato do Estado.

De um lado, esse contexto demonstra um processo de democratização do Estado e da esfera pública, uma vez que introduz o reconhecimento das desigualdades sociais, ao legitimar as políticas de identidade, enfrentando assim o apagamento das diferenças pretendido pela democracia liberal. Por outro lado, trata-se de uma dinâmica permeada por contradições e limitações.

A experiência no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – palco privilegiado para manifestar as relações de poder entre os diversos atores representados – tem demonstrado que a autonomia é ainda um ponto nevrálgico nessa relação entre movimento de mulheres e Estado.

As articulações para a criação do Conselho foram pautadas pelo discurso da democratização do Estado, contudo, sua atuação tem sido marcada pelo domínio da Secretaria Municipal da Mulher. A indicação mais forte disso é o destaque dado no Conselho às secretárias da mulher, que sempre tiveram cargo de mando entre as conselheiras, ora como presidente, ora como vice-presidente, eleitas pelo conjunto de representantes no Conselho.

Esta valorização ao Poder Executivo está presente também nos discursos das lideranças femininas que, em geral, atribuem maior valorização à atuação da Secretaria Municipal da Mulher do que ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, caracterizando, com isso, maior identificação com a democracia delegativa (O'DONNEL, 1996; 1998) do que com a democracia participativa (BOBBIO, 1986).

A atuação do conjunto de conselheiras é ainda frágil, em especial das representantes de organizações comunitárias femininas, o que, se não justifica, ao menos tem possibilitado a dominação da Secretaria Municipal da Mulher, que se dedica mais aos temas das pautas e

dispõe de maior poder no que diz respeito ao acesso à informação, além do poder simbólico de que gozam as secretárias da mulher.

Outro indicador dos limites, em vista de um projeto democrático do movimento de mulheres, tem sido a tendência à tutela na relação entre associações e Secretaria. Conflitos políticos e/ou pessoais desenvolvidos no interior dos grupos são, às vezes, levados à Secretaria Municipal da Mulher, atribuindo a esta um papel de mediadora e até de arbitragem para resolução desses problemas. Essa tutela é, num certo sentido, pleiteada pelas lideranças das associações de mulheres, indo das questões jurídicas e administrativas às questões políticas.

Por fim, se esse processo tem revelado boas possibilidades de democratização do Estado e da esfera pública com a inserção dessas mulheres de baixa renda; por outro lado, encontra seus limites nas dificuldades de superar alguns vícios da democracia brasileira, envolvendo a tutela, o paternalismo e o caráter delegativo. Ou seja, a interação entre movimento de mulheres e Estado, em Londrina, tem contribuído para a inserção das mulheres em questões públicas. Resta ainda ao movimento discutir a qualidade dessa inserção e formular propostas de participação, sob o risco de ficar nas limitações da perspectiva essencialista de gênero.

Desta forma, mantém-se em pauta o desafio do movimento de mulheres de ampliar a democratização do campo político e do Estado (PINTO, 1994b). Para tanto, suas representantes devem apresentar uma participação ativa, a começar pelas conselheiras do CMDM, construindo a capacidade de intervir nas decisões e deliberações do próprio Conselho e do governo municipal.

3 TRADUÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS DE GÊNERO: PARADOXOS E POTENCIALIDADES NA RELAÇÃO COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS

As práticas sociais e políticas dessas mulheres envolvidas na pesquisa são construídas num movimento pendular entre as inovações nos papéis de gênero e os reforços de alguns traços desses papéis. Dessa forma, procurei diversificar a análise, sem privilegiar

o enfoque de seus aspectos “positivos” ou de seus “limites”, mas demonstrando que ambos coexistem, entram em correlação e em contradição.

A dinâmica, aqui elucidada, da relação entre as organizações comunitárias femininas com a Secretaria Municipal da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Londrina é configurada em um cenário em que o movimento feminista se faz ausente como ator dessa relação, embora alguns de seus princípios estejam presentes nos valores dessas mulheres.

No que diz respeito ao impacto provocado junto às organizações comunitárias femininas quanto à questão de gênero, a experiência abordada não reflete uma situação em que essas novas institucionalidades estatais possam substituir o papel desempenhado por grupos feministas em outras localidades, por se tratar de esferas que trabalham com lógicas diferentes. Entendo, portanto, que havendo interação entre grupos feministas com setores dos movimentos populares de mulheres, haveria melhores condições para que estes construíssem uma perspectiva mais crítica quanto à questão de gênero.

Nesta direção, um dos aspectos demonstrados na pesquisa diz respeito à mudança nos temas de preocupação das mulheres das OCFs. A análise da trajetória pessoal das mulheres inseridas nos movimentos comunitários mostra que os fatores iniciais de motivação à participação estão estreitamente ligados ao seu cotidiano doméstico e à sua posição na divisão do trabalho por linhas de gênero, que delega às mulheres a responsabilidade pela função reprodutiva e determina o espaço privado como *locus* de sua atuação. Tal responsabilidade é agravada pela condição de classe social.

Essa interação entre movimento e Estado não é uma via de mão única. Pode-se identificar uma mútua influência em suas agendas, o que reflete, reciprocamente, em legitimidade pública para a temática sobre a mulher e gênero na arena política. Isto é, a existência das novas institucionalidades serve de estímulo e de legitimação para o surgimento de um número maior de OCFs. Por outro lado, o engajamento das mulheres dessas OCFs junto às novas institucionalidades reforça a legitimidade de manutenção deste campo de poder no interior do Estado.

Neste processo, as potencialidades políticas em prol do empoderamento das mulheres e da democratização do Estado ainda convivem com experiências contraditórias e ambíguas dessas mulheres, tanto dentro quanto fora do Estado. Algumas associações de

mulheres, em especial a mais antiga, a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, apresentam, com frequência, melhor problematização sobre seus limites no que diz respeito à mudança na condição de vida das mulheres, incluindo a questão da subordinação. Contudo, este não é um processo uniformizado entre as organizações comunitárias femininas, de forma que muitas não conseguem diferir uma associação de mulheres de uma associação de moradores.

Gostaria de finalizar com reflexões acerca de possibilidades para futuras práticas. O avanço, no sentido de potencializar ações que visem a mudanças na estrutura de poder entre homens e mulheres, requer melhor articulação entre as várias associações de mulheres e, inclusive, com vários tipos de organização de mulheres, dentro e fora de Londrina. Essas ações devem visar, principalmente, à construção de uma *praxis* que lhes permita tematizar, política e teoricamente, questões como relação de gênero, democracia e Estado. Nessa dinâmica, as possíveis traduções político-culturais poderão sempre ser retraduzidas, no sentido de recobrar, nas categorias como gênero, sua dimensão crítica e emancipatória.

A dificuldade encontrada em Londrina para a implantação de um projeto político desta natureza está no entrave existente na interação entre essas organizações comunitárias femininas, Secretaria Municipal da Mulher e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A forma como se estabelece a divisão, e também a complementação de atribuições, acaba por constituir um círculo vicioso: as OCFs são ainda politicamente frágeis, porque permanecem na dependência de atenção do poder público, diga-se, SMM e CMDM; a SMM não conta com um importante *status* na estrutura da administração municipal, porque não há pressão suficiente de um movimento organizado politicamente para tal. O CMDM é ainda frágil, porque é dominado pela SMM e porque as OCFs não conseguem disputar poder neste campo com a Secretaria e com o poder público – e muitos outros desdobramentos surgem deste cenário.

É certo que os três setores – OCFs, SMM e CMDM – carecem de políticas de fortalecimento. A relativa passividade das lideranças das OCFs à SMM, a relativa “guetização” da SEM em relação ao conjunto da Administração e a relativa paralisia do CMDM, que ainda não obteve sucessos na implantação de suas diretrizes, são todos fatores que dificultam a conquista de êxitos na incorporação da perspectiva de gênero nas políticas

públicas. Talvez, a melhor forma de quebrar esse círculo vicioso seja fortalecendo a atuação do CMDM.

É necessário, para o seu fortalecimento, ampliar sua exposição pública, defendendo suas propostas e reivindicações e, dentro da administração municipal, ampliar a interlocução com outros órgãos além da SMM. Neste processo, a SEM pode ser a colaboradora privilegiada do CMDM, uma vez que dispõe de recursos técnicos e políticos para tal. Entretanto, esta interação entre SEM e CMDM não pode ocorrer sob a forma de dependência e de tutela. Dito de outra forma, o Conselho precisa falar mais por si mesmo e não apenas via SMM, como alternativa para se consolidar como ator político.

Por outro lado, é importante que o CMDM fortaleça sua interação também com setores do movimento de mulheres, entre os quais se destacam as OCFs. Esta é uma área privilegiada para o CMDM ampliar suas ações educativas e políticas, o que possibilitaria maior difusão de compromissos com a agenda do CMDM e criaria condições para renovações entre as representantes com assento no CMDM.

Para que, de fato, se efetive a incorporação de gênero nas políticas públicas é, finalmente, fundamental que o movimento de mulheres conquiste maior compromisso dos governos – neste caso dos/as prefeitos/as e das equipes de 1º escalão – para tal prioridade. Da forma como vem ocorrendo em Londrina, desde 1993, este compromisso foi sempre apenas oficial, e não efetivo. Alijar as novas institucionalidades na “periferia” da administração pública é uma forma explícita de pôr empecilho para os avanços na área de atendimento às demandas de gênero e empoderamento das mulheres. Tal compromisso será real quando houver mecanismos políticos e administrativos que, efetivamente, estipulem este critério na orientação de todas as políticas setoriais da administração. Esta conquista será mais provável no caso de existência de pressões externas aos governos, o que pode também ser fomentado por membros do CMDM.

Entretanto, traduções político-culturais sempre existirão, da parte do Estado e também dos movimentos de mulheres, pois os/as atores/atrizes sempre dão novos significados às categorias envolvidas em suas práticas sociais. Podemos então dizer que, da mesma forma como contamos com várias classificações de feminismos, contamos também com várias perspectivas de gênero. Mesmo assim, será sempre profícuo analisarmos, como

as diversas perspectivas de gênero enfocam, a questão da subordinação feminina e em que termos abordam possíveis alterações nas relações de poder entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.315-380.

_____, ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (org.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempre Viva), 2000, p.9-25.

BLAY, Eva A. Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. In: *Espaço e Debates*, v. 9, maio/agosto-83, Cortez, São Paulo, 1983, p. 80-89.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHIRIAC, Jany e PADILHA, Solange. Características e limites das organizações de base feminina. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 191-203.

COSTA, Delaine Matins (coord.). *Democratização dos poderes municipais e a questão de gênero*. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 1997.

JELIN, Elizabeth. Família y género: notas para el debate. *Estudios Feministas*, v. 3, n.2/95, p. 395-413, Rio de Janeiro, CIE/ECO/UFRJ, 1995.

MACHADO, Leda M. V.. *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. *A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

O'DONNELL, Guilherme. Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. *Lua Nova*, n. 37, 1996, p. 5-31.

_____. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos* – CEBRAP, São Paulo, n. 51, p. 37-61, julho/98.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 127-150.

_____. Participação (Representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 195-230.

_____. Mulher e Política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. *Estudos Feministas*, número especial, 257-70, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ, 1994.

SADER, Eder.. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza.. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, p. 83-129.

SCHMUKLER, Beatriz. Las mujeres en la democratización social.? *Estudos Feministas*, v. 3, n.1/95, p. 136-155, Rio de Janeiro: CIE/ECO/UFRJ.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A., FARIA, N. e GODINHO, T. (org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998, p.33-54.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.